



FACULDADES INTEGRADAS DE TAGUAÍ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

MIDIANE DOS REIS ARAÚJO

O PAPEL DO PROFESSOR DIANTE DA INCLUSÃO ESCOLAR

TAGUAÍ – SP
2023

MIDIANE DOS REIS ARAÚJO

O PAPEL DO PROFESSOR DIANTE DA INCLUSÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado no curso de Graduação em
Pedagogia nas Faculdades Integradas de
Taguaí sob a orientação do Professor Me.
Emerson Carlos de Almeida.

TAGUAÍ – SP
2023

MIDIANE DOS REIS ARAÚJO

O PAPEL DO PROFESSOR DIANTE DA INCLUSÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pelo professor Me. Emerson Carlos de Almeida apresentado ao curso de Graduação em Pedagogia das Faculdades Integradas de Taguaí, como requisito para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

APROVADA EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

ME. EMERSON CARLOS DE ALMEIDA

NOME DO PROFESSOR (A)

NOME DO PROFESSOR (A)

Agradeço a Deus pois sem ele eu não teria forças para essa longa jornada, agradeço a minha família, a meus professores e aos meus colegas que me ajudaram na conclusão.

RESUMO

No momento atual da educação, cresce nos educadores a busca de soluções que reduzam a problemática que envolve a inclusão, levando em conta que a mesma é um processo contínuo e de autoconstrução. Este estudo busca verificar a sistemática da educação inclusiva que muito se discute sobre os problemas com a formação dos professores e sua relação com a baixa qualidade do ensino na sua prática, na atuação e na formação dos professores reunindo estes dois enfoques, trazendo este na perspectiva inclusiva, objetivando analisar se a questão teórica funciona no cotidiano escolar, verificando através de análise bibliográfica e histórica. O estudo foi desenvolvido através de revisão da literatura do ensino de cunho qualitativo e se caracterizou de forma inicial pela coleta de referenciais teóricos para construção da literatura de base. O trabalho concluiu que é necessária a formação continuada do professor.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Ações; Práticas.

1 – INTRODUÇÃO

Desde as últimas décadas do século XX vem crescendo as preocupações que se relacionam à qualidade do ensino brasileiro nos seus diferentes níveis. Muito se discute sobre os problemas com a formação dos professores e sua relação com a baixa qualidade do ensino em todos os níveis no país.

Na mesma proporção, a sociedade debate a necessidade da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. Este estudo busca reunir estes dois enfoques, trazendo a formação dos professores na perspectiva inclusiva.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, no inciso do seu Art 63, deixa explicitados os “programas de educação dos diversos níveis”, destacando-se que deve ocorrer um planejamento da formação de professores de forma legítima na busca da melhora da qualidade do ensino.

Também a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, faz referência à inclusão e à formação de professores.

Devem os professores da Educação Básica dispor de competências na atuação também com alunos que apresentem necessidades especiais, em qualquer etapa ou modalidade de ensino, na perspectiva de se efetivar a educação inclusiva.

A Resolução nº 02/2001, do CNE e da Câmara de Educação Básica, instituindo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, reforça a necessidade de ocorrer a capacitação tanto de profissionais do ensino regular, como de docentes especializados no atendimento, de forma diferenciada, as necessidades dos educandos (art. 8, inciso I).

Quanto a metodologia, o estudo foi realizado através de revisão da literatura de cunho qualitativo, que se caracteriza de forma inicial pela coleta de referenciais teóricos, para construção da literatura de base, com a discussão das ideias acerca da temática e análise dos fatos na verificação dos conceitos teóricos, seguindo-se pela verificação e confrontação das respectivas definições.

Assim, este trabalho tenta responder à seguinte problemática: como a legislação aborda a formação de professores com relação à inclusão e como os professores atuam diante de casos de inclusão.

2- FORMAÇÃO PROFESSORES

Os estudos relacionados à formação de professores não são recentes, sendo que no contexto das reformas educacionais, no Brasil sempre essa questão ressurgiu, devendo-se destacar que a formação profissional representa uma área privilegiada em diversos aspectos, surge a conveniência do repensar e planejar ações voltadas para o âmbito dos direitos sociais, no emprego do trabalho e da educação.

Deve-se ater-se que “a formação está no final da ponta de um processo de interações e não pode continuar sendo equacionado como milagroso remédio para todos os males da escola”. (ARROYO, 1996.p.48).

Os problemas no ensino parecem, portanto, não se resumir apenas "aos métodos de ensino, mas também aos objetivos, à quantidade de matéria, à avaliação (...)" (BRINGHENTI, 1993, p. 113), mas também como associação às concepções do que seja ensinar.

Segundo Bueno (1974, p.1442), a palavra “formação” etimologicamente vem do latim *formationem* e pode significar: “ato ou modo de formar ou constituir algo; criação; constituição; modo como uma pessoa é criada; educação” ou “conjunto de conhecimentos relativos a uma área científica ou exigidos para exercer uma atividade; instrução,” ou, ainda, “conjunto dos cursos concluídos e graus obtidos por uma pessoa (formação acadêmica, formação técnica, etc.).”

A formação dos professores está contida na educação do indivíduo e diz respeito aos conhecimentos adquiridos através da educação formal (técnica, acadêmica etc.) para exercer uma atividade em uma determinada área de conhecimento humano, tendo a ver com a constituição do sujeito para a aprendizagem direcionada para o desempenho de uma função ou de um trabalho.

O professor convive com um trabalho que converge diferentes níveis de desenvolvimento, de aprendizagem e singularidades de alunos que se distanciam uns dos outros, construindo tessituras de saberes que contribuirão para o fazer educativo; saberes esses que são necessários para a construção de uma educação voltada para a formação de sujeitos autônomos, pois

Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos (...) o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes

populares, chegam a ela [escola] – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 1999, p.33).

Cabe ao professor docente, portanto, promover aos alunos meios para que possam construir novos saberes, fazendo um estudo seguido de uma compreensão de mundo a partir do seu cotidiano, levando em conta as considerações socioeconômicas e culturais dos discentes, e, assim, proporcionar novos espaços de convivência para que aluno possa fazer sua inserção, integração e participação na sociedade da qual faz parte.

Ainda segundo Freire (1999), a troca de experiências do saber adquirido e a relação professor/aluno são pontos positivos para a construção do conhecimento, levando-se em conta o respeito com relação às diferenças e às adversidades de cada um no seu processo de desenvolvimento.

A capacitação pedagógica aparece no ensino atual como uma condição básica para a elevação da qualidade desse ensino, e como os modelos atuais de capacitação de docentes objetivam, em sua maioria, melhorar as competências pedagógicas dos docentes e responder a problemas reais da vida profissional do docente através da reflexão crítica sobre sua prática profissional para a busca de soluções (FLORES, 1998), faz-se necessário encontrar uma estratégia de formação que responda a tais necessidades.

O professor deve trabalhar de forma a utilizar seus conhecimentos e sua experiência para assumir uma atitude crítica, estimulando o seu pensamento e a sua capacidade para adotar estratégias inteligentes e adequadas em diferentes contextos.

Deve-se buscar um professor que conheça, compreenda e reflita sobre os complexos mecanismos que são ativados durante sua atividade docente, traduzidas em suas ações para efetivar o processo de ensino-aprendizagem, pois é na prática que se concretizam as análises e interpretações teóricas constituindo uma situação dialética entre teoria e prática, reflexão e ação..

Nessa busca, acredita-se que uma estratégia de trabalho interativo) onde os participantes, através de ações e influências exercidas, mútua ou reciprocamente, buscam o reconhecimento e a conscientização da relação entre a teoria e a prática dos modos de atuação profissional para promover seu aperfeiçoamento, pode ser

empregada com sucesso junto aos professores para levá-los a atuar como educadores reflexivos (Ferrer López, 1999).

Os processos interativos podem conduzir a diferentes resultados, considerando a transformação, promoção e criação de conhecimentos. Assim, eles têm sido utilizados e estudados cada vez mais em pesquisas sociais e educacionais.

A aquisição e revisão de conhecimentos através da interação entre pares pode se dar por diferentes maneiras: por influência motivacional ou afetiva entre eles; por observação e imitação de comportamentos e estratégias de outros; pela orientação entre pares mais experientes com os menos experientes e através de discussões e negociações.

Em um processo interativo, o comportamento de cada indivíduo se torna estímulo para outro, ao gerar conflitos, inquietudes e reflexões em níveis mais profundos, promove reavaliações e reajustes dos modos de atuação. Quando trabalhando interativamente, pares podem ajudar uns aos outros, na aquisição e revisão de conhecimentos e práticas, promovendo o redirecionamento da atenção para informações e modos de atuação que poderiam deixar de ser considerados ou percebidos individualmente, forçando o questionamento ou explicações de pontos de vista. Deste modo a interação entre pares ajuda indivíduos a conhecer e integrar variedade de perspectivas em um determinado problema, produzindo processos intelectuais de ordem superior, ou seja, novos conhecimentos (Garcia Ramis, 1996).

Através de atividades individuais e coletivas de análises constantes de informações sobre modos de atuar, procedimentos e motivações, um trabalho interativo, pode promover condições para que os professores (re) conheçam sua prática docente, passando conscientemente a compreender as características de seu fazer diário. Esta internalização consciente pode conduzir a processos de auto avaliação e a ações autotransformadoras, promovendo auto aperfeiçoamento do professor que, com novos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades e habilidades, passa a executar suas atividades docentes em níveis mais elaborados (SYKES, 2006).

Assim, em uma atividade docente efetiva, o professor deve desenvolver não só a capacidade de atuar, mas deve também avaliar as consequências de suas ações, considerando desenvolvimentos alternativos da ação, utilizando uma série de marcos conceitual neste processo cognitivo e interativo (SYKES, 2006).

As transformações da educação neste século XXI impulsionam o docente, para mudanças e tomada de posição com respeito às suas concepções profissionais (docentes) e aquelas relacionadas à sua prática docente.

O avanço tecnológico muito rápido alterou o perfil de diversas áreas, inclusive da saúde, de uma forma muito drástica. Este avanço abrangeu o desenvolvimento de métodos para o diagnóstico de doenças, medidas de prevenção, desenvolvimento de materiais restauradores etc. Hoje, as novidades geradas pelos pesquisadores de universidades ou indústrias, têm um impacto quase que imediato, já que a informação é facilmente acessível a todos.

Há alguns anos, o professor fornecia aos alunos algumas “verdades” que seriam válidas por um tempo considerável, pelo menos. Hoje, aquilo que se aprende pode mudar bastante num curto espaço de tempo. Esse fato nos faz refletir muito sobre a formação dada aos alunos durante os cursos. Fato importante é que o professor, ao invés de fornecer aos alunos “verdades fundamentais”, ensine-os a buscar a informação.

Um aluno que saiba buscar, ler, aprender, se atualizar e, principalmente, que tenha um senso crítico (desenvolvido durante o curso de graduação) para avaliar aquilo que lhe é oferecido, será um vencedor na vida profissional. Este é um grande desafio para os mestres. Por outro lado, se o indivíduo não tem base, não consegue sequer entender o que está acontecendo, inclusive com relação às inovações tecnológicas.

Assim, como uma das vias para se promover novas posturas de ordem conceituais e práticas traduzidas em capacitação pedagógica, pode-se lançar mão de um trabalho interativo, que conduza a mudanças conscientes de ordem interna e externa. Uma capacitação pedagógica que resulte no aperfeiçoamento dos modos de atuação do docente, conduzindo como consequência ao aperfeiçoamento do processo

Pode-se afirmar, desta forma, com relação à prática do professor de ensino superior, no âmbito da presente pesquisa, que, mesmo em tempos de racionalização, de uniformização, de globalização e mercantilização, cada um continua a produzir no mais íntimo de si mesmo a sua própria maneira de ser professor.

Com o uso da rede por grupos-sujeitos (mercado, mídia clássica e principalmente nativos digitais) criativos e antenados com a lógica da interatividade e da colaboração, novas e surpreendentes soluções informáticas foram criadas no contexto em que também fizeram emergir novas atitudes mais engajadas com a autoria e coautoria de sentidos, significados e significantes. Com a Web 2.0, a cibercultura ganha contornos mais concretos. Conceitos como inteligência coletiva, nova ecologia dos saberes, comunidade virtual de aprendizagem, apresentados por Pierre Lévy no início dos anos 90 do século passado, são hoje ações e projetos concretos.

Através da Web 2.0 pode-se fazer uso mais eficiente da grande massa de informações fornecidas pelo usuário que por muitas vezes propõe a organização caminhos às decisões que ela procura. Estas decisões, inúmeras vezes, são cruciais à sobrevivência da mesma. Potencializar a livre criação e a organização das informações disponibilizadas e compartilhadas através das redes, ou seja, dar voz a todos, não significa que teremos tão somente respostas positivas, coerentes, legítimas, interessantes e de responsabilidade. Ao mesmo tempo podem-se ter intervenções de vandalismo, confusões e erros de informações, pois quando se discute um trabalho aberto e coletivo, *online*, está se criando uma oportunidade de acertos e erros, deixando todos expostos aos desequilíbrios da evolução e o aperfeiçoamento do mesmo.

A construção de relacionamentos que atendem a interesses pessoais e profissionais nos dias atuais é primordial. Estar antenado às novidades e às tendências de mercado para se manter atualizado, pode fazer a diferença.

Tudo em nome da redução de custos de uma forma global para a própria empresa e também visando o seu crescimento contínuo, com melhor otimização e redução considerável de custos. Afinal, manter-se no mercado, ser líder em seu seguimento é o sonho de todas as empresas. Porém esta não é uma tarefa fácil nos dias atuais, pois as possibilidades se multiplicam quando inovamos e o mercado se amplia, aumentando assim seu espaço de abrangência não se limitando há uma pequena área e sim há um país inteiro e até mesmo ao mundo.

Como as pessoas, as empresas devem aprender a conviver com as interfaces da Web 2.0 que compreendem os blogs, Google, Orkut, Twitter, Skype, Facebook,

Flick, dentre outros. Hoje é preciso estar conectado com todos esses recursos e isso é muito mais simples, rápido e lucrativo do que se imagina. As ferramentas da internet estão disponíveis para grandes e pequenas empresas. O número de usuários é surpreendente e quem melhor souber usá-las aumentará as possibilidades de se dar bem. Adotar tais ferramentas de inovação não requer muitos atributos, nem tampouco dispêndio financeiro substancial, na verdade, as empresas podem adotar estas inovações de forma rápida e mais fácil do que imaginam.

Com as mídias sociais que surgem o tempo todo, o consumidor passa a ter um poder que não tinha antes. Agora, ele tem muitas chances de adquirir o melhor produto em condições muito mais acessíveis, pois tem maior possibilidade de pesquisar sobre estes produtos, fazer comparações de preço, saber o que os outros pensam a respeito de uma empresa e vendo como outros clientes se sentem com relação aos produtos já adquiridos. Todas estas informações fornecem um melhor parâmetro para sua escolha, tudo isto utilizando apenas um computador ou um celular conectado à rede. O investimento em redes sociais está entre as prioridades do setor privado e público, pois a mídia digital em está franca expansão no mundo.

Para Druker (p. 67) “a inovação é o instrumento específico dos empreendedores, o processo pelo qual eles exploram a mudança como uma oportunidade para um negócio diferente ou um serviço diferente”. Transformar uma idéia em um produto e ou serviço de forma viável sempre é um desafio à parte. São necessários fatores tão importantes como investimento certo, equipe com capacidade de fazer acontecer e marketing de força, pois hoje em dia o mercado já não é mais apenas de quem está a mais tempo no mercado, mas sim de quem inova constantemente.

Maffesoli (2005b) apresenta a noção de socialidade como algo que está ligado à comunicação e às relações sociais cotidianas, possibilitando que as pessoas constituam unidades sociais a partir de seus interesses comuns. Por isso socialidade e comunicação são termos indissociáveis. A socialidade viabiliza que os indivíduos possam estar ligados coletivamente, em comunhão e atuantes em grupos. Em suas palavras,

(...) talvez eu fale tão pouco de comunicação porque para mim essa noção está implícita na socialidade. A comunicação é a cola do mundo pós-moderno. Dito de outra forma, ela é um meio de reencarnação desse velho simbolismo, simbolismo arcaico, pelo qual percebemos que não podemos

nos compreender individualmente, mas que só podemos existir e compreendemo-nos na relação com o outro". (MAFFESOLI, 2003, p. 13).

As práticas sociais e culturais que emergem em diversos espaços caracterizam a essência da socialidade, "o essencial está em reconhecer-se, em ver-se, em fazer parte de uma comunidade presencial ou virtual" (MAFFESOLI, 2003, p. 15). Para o autor, a interação e o compartilhamento são características da socialidade, pois "a sociedade é formada por um conjunto de relações interativas, feita de afetos, emoções, sensações que constituem, *stricto sensu*, o corpo social" (MAFFESOLI, 1996, p. 73).

A socialidade de Maffesoli está ligada a relações sociais que marcam o dia-a-dia e que a reforçam de forma espontânea. Deste modo, as pessoas, impulsionadas por interesses diversos, fundem-se em uma unidade de interesses comuns por meio de uma comunicação multidirecional que permite aos indivíduos estarem ligados coletivamente. Comunicar é a essência da socialidade, pois a interface com o outro, a religação, a associação, a interação se processam através das interações estabelecidas de diferentes formas nos relacionamentos cotidianos, permitindo assim o criar e o recriar das diferentes atividades culturais e sociais. Para o autor, todas as formas de socialidade e de interação são comunicação, porque a essência do social é viver cotidianamente e em conjunto, em detrimento do individualismo.

Em síntese, Maffesoli percebe a comunicação como uma forma sensível da vida social contemporânea e tenta compreender, fora dos imperativos morais, como ela serve de "cimento social" numa época de crise das velhas certezas e de desabamento das antigas utopias políticas que, através da promessa do paraíso futuro terreno, serviam de "cola" social para os indivíduos socialmente desamparados. (SILVA, 2004, p. 44).

A socialidade de Maffesoli enfatiza a "tragédia do presente", o instante vivido nas relações banais do cotidiano, nos momentos não-institucionais, racionais ou finalistas da vida de todo dia, pois está em evidência viver o aqui e agora, sem projeções futuristas ou morais. Está atenta a que, na sociedade contemporânea, é a socialidade não-institucional que se sobressai; e que, na vida cotidiana, há uma dimensão de estar presente. Dá especial destaque ao "presenteísmo" como conceito-chave da socialidade. As tecnologias de informação e de comunicação agem como potencializadoras de situações que possibilitam estabelecer a interação, as relações

comunitárias e de imaginário, pois, com elas, há diferentes espaços possíveis para que a dimensão comunitária seja vivificada.

O espaço social da pós-modernidade, para Maffesoli (1996), integra também um território simbólico o qual comporta materialidade mística feita de afetos e emoções. Vai além da dinâmica da matéria, pois só pode existir a partir do discurso multiforme, da comunicabilidade, funcionando como “mecânica de fluidos”, onde circulam informações, afetos, movimentos éticos e estéticos que são marca da cultura. Portanto a arquitetura cultural adquire importância na megalópole contemporânea, assim como acontece com a arquitetura física. A internet, como espaço globalmente compartilhado, cria malhas invisíveis que proporcionam uma relação de proximidade, pois “quer se queira ou não, cada um se banha num espaço comum, participa dos mesmos valores, em suma, é o consumidor de objetos ou de laços simbólicos que são idênticos para todos” (MAFFESOLI, 1996, p. 263). Com suas imagens, palavras e mensagens, a rede das redes traz elementos que oportunizam romper com o isolamento e possibilita minimizar a gregária solidão, fazer comunicação, atribuindo, assim, uma nova perspectiva ao espaço social. A comunicação como comunhão enseja a efervescência nos agrupamentos, estes que, através de interesses próprios, compartilham o espaço social sob a lógica do estar junto, seja num território real ou simbólico.

Todos esses territórios, que é preciso compreender no sentido etológico, esses “pontos altos”, esses lugares e espaços de socialidade, estão repletos de afetos e de emoções comuns, são consolidados pelo cimento cultural ou espiritual, em suma, são feitos por e para as tribos que aí escolheram domicílio. É, aliás, sua maior ou menor capacidade de exprimir (ser a expressão de) a ou as comunidades que a habitam que faz, de um espaço físico, um espaço vivido. (MAFFESOLI, 1996, p. 267).

Para Maffesoli (1996), a construção social da realidade é essencialmente simbólica e permeada por um paradigma estético “[...] o mundo que sou é, portanto, um conjunto de referências que divido com os outros.” (MAFFESOLI, 1996, p. 259). Uma série de elementos que constituem uma “matriz na qual vão nascer, crescer, fortalecer-se essas inter-relações feitas de atrações e de repulsões, todos esses pequenos nada que fazem o todo do que chamo socialidade. Coisas que se podem resumir pelo termo ‘interacionismo simbólico’” (MAFFESOLI, 1996, p. 259). A existência humana se constitui, então, por meio da construção que se estabelece no ambiente social, através da religação, pois é por ela que se estabelece o

relacionamento com os lugares, com os personagens, com as pessoas, desenvolvendo, dessa forma, o sentimento de confiança no outro.

3- FORMAÇÃO DE PROFESSORES INCLUSIVOS

A formação trata-se, portanto, de uma formação em serviço, mesmo que a formação aconteça após conclusão de cursos, pois sabe-se que ela acarreta mudanças na vida profissional, seja ela em qualquer formação. Quanto à do professor, especificamente, o impacto que produz tanto nesse profissional quanto na escola em ele que atua é sentida, segundo Franco *et al* (2006):

[...] quando um professor inicia um processo de formação, sua prática começa a modificar-se muito antes do término dessa formação. Portanto, ainda que a perspectiva seja de que tais professores venham a estar graduados somente em quatro anos (no mínimo), a realidade das escolas em que trabalham irá sofrer mudanças e, espera-se, mudanças no sentido de uma melhor qualidade da educação. (FRANCO *et al*, 2006, p.14).

Realizando-se como a obrigatória porta de entrada no sistema para professores fragmentariamente formados nos cursos de magistério espalhados pelo interior do estado, a escola inclusiva é também o degrau inferior deste sistema educacional (BRANDÃO, 1990, p.113).

Diante do exposto, pode-se concluir que o professor que vai atuar nas escolas inclusivas deve ter formação geral e no mínimo um pouco de conhecimento sobre as necessidades dos alunos, para que possa tentar suprir as necessidades e anseios e expectativas da demanda campesina.

Então, o professor deve ser preparado para receber formação profissional especializada, assim como os supervisores e os administradores, voltando-se para a realidade do campo e deixando de transplantar o “modelo”. Faz-se necessário, portanto, em escolas de formação, um currículo e métodos de ensino que estejam voltados para os interesses da inclusão.

De acordo com Torres Filho citado por Abrão (1986):

Para que a instrução agrícola seja proveitosa para os alunos com menos de 12 anos, é preciso que estes recebam estudos sobre a natureza com a simples observação das plantas agrícolas, dos animais domésticos, insetos, aves silvestres, etc., à maneira de instrução preparatória, como instrução dos estudos agrícolas propriamente ditos. (ABRÃO, 1986, p.52).

Pensar e repensar a educação do campo com estudos voltados para a formação docente deve ter como compromisso a complexidade da própria ação do professor. Arroyo (2008) aponta a necessidade de repensar a formação pra a diversidade.

(...) o caminho mais fecundo para equacionar cursos de formação e diversidade é a partir da diversidade dos coletivos diversos, para equacionar, interrogar, qual docência, qual educação básica, qual a formação, quais currículos qual organização, quais tempos e espaços, etc. Tal caminho supõe assumir que a história da produção dos diversos em desiguais questiona paradigmas, perfis, concepções de docência, de educação e de formação. Arroyo (2008, p.13)

Para isso, é preciso que seja eleito, como ponto de partida para a reflexão, o próprio ser humano, pois o homem é o único ser que toma distância, faz crítica e elabora juízos de valor. Ao avaliar, retoma o caminho, supera a dicotomia entre teoria e prática. É no espaço crítico que o professor traça suas metas e ações, apreende e articula conhecimentos e conjuga seus saberes teóricos com sua prática na sala de aula.

4- INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Deve ater que existiram eventos de grande importância, sem os quais não possibilitaria um progresso eminente, nem a nível teórico e nem prático, sobre a inclusão escolar, que levaram a criação e atualização de documentos que permeiam todo esse contexto da educação inclusiva.

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas apresentou elementos para o desenvolvimento de políticas públicas de todos os países membros, sendo que Brasil como membro da ONU segue tais documentos, reconhecendo seus conteúdos e tendo-os como base para o estabelecimento das políticas públicas.

A socialização dos indivíduos com necessidades especiais através dos elementos da Educação Especial no Brasil foi estabelecida há pouco mais de três décadas, sendo que após a década de 70 do século XX iniciando por processo de centralização administrativa e coordenação política a partir do governo federal.

A legislação da Educação Especial surgiu no Brasil através da LDB 4024/61, indicando a educação dos excepcionais devem ser englobados no sistema da educação em geral. Na lei 5692/71, teve-se a previsão do tratamento especial para os alunos que tenham deficiências físicas ou mentais bem como dos superdotados.

Nos anos 70 do século XX criou-se o CENESP no MEC, buscando centralizar e coordenar as ações de política educacional, e persistiu até 1986 e mantendo uma política centralizadora que buscava o repasse de recursos financeiros para as instituições privadas. No ano de 1986 foi criada a CORDE (Coordenadoria para a integração da pessoa portadora de deficiência), na Presidência da República buscando coordenar assuntos, atividades e medidas referentes ao portador de deficiência, após a extinção do CENESP, foi criada a Secretaria de Educação Especial do MEC.

No ano de 1989, a CORDE (Coordenadoria para a integração da pessoa portadora de deficiência) foi transferida para o Ministério da Ação Social, e a área de Educação especial do MEC, tornou-se coordenação, configurando uma redução do poder político da área, nos dois casos. No ano de 1993, voltou a existir a Secretaria

de Educação Especial (SEESP), no Ministério da Educação, o que demonstra como a Educação Especial tem tido um "status" secundário das políticas públicas.

Após da década de 90, as discussões referentes a educação das pessoas com necessidades especiais, tomam uma dimensão maior. No Brasil mais recentemente podemos evidenciar a última LDB 9.394/96 que em seu Capítulo V, aponta que a educação dos portadores de necessidades especiais deve-se dar preferencialmente na rede regular de ensino, o que significa uma nova forma de entender a educação de integração dessas pessoas.

As ações que levem a inclusão da pessoa com necessidades especiais, sejam bem planejadas e estruturadas, para que seus direitos sejam respeitados. É preciso proceder uma avaliação responsável quando se levanta a bandeira da inclusão de pessoas que historicamente foram e ainda são excluídas da sociedade, praticamente em todos os segmentos.

Os parágrafos 1º e 2º, indicam a existência de apoio especializado no ensino regular e de serviços especiais separados quando não for possível a integração ("em virtude das condições específicas dos alunos"). A redação preserva a idéia de um *continuum* de opções mais ou menos restritivas, cuja disponibilidade se definiria tendo por base as características pessoais dos alunos. Se é fato que a presença de determinadas características individuais exige apoios ou programas especializados na educação, também sabemos que não chegamos a desenvolver no Brasil, em termos gerais, modalidades combinadas ou intermediárias de atendimento que atenuassem a segregação. Se a legislação se fixar de modo dominante nas características pessoais e deixar em segundo plano as condições do sistema de ensino, pode ser dificultado o surgimento de programas menos restritivos.

Para Mantoan (20015, p. 01);

A inclusão, como elemento de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico.

O que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas

especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão.

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois não apenas as deficientes são excluídas, mas também as que são pobres, as que não vão às aulas porque trabalham, as que pertencem a grupos discriminados, as que de tanto repetir desistiram de estudar.

Atualmente tem-se legislação educacional que propõe e viabiliza novas alternativas para melhoria do ensino nas escolas, estas ainda estão longe, na maioria dos casos, de se tornarem inclusivas, isto é, abertas a todos os alunos, indistinta e incondicionalmente. O que existe em geral são projetos de inclusão parcial, que não estão associados a mudanças de base nas escolas e que continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados (classes especiais, salas de recurso, turmas de aceleração, escolas especiais, os serviços de itinerância).

As escolas que não atendem alunos com deficiência em suas turmas regulares se justificam, na maioria das vezes por não estarem preparadas não dispondo de professores para esse fim.

Evidencia-se que existe a necessidade de uma nova definição colocando-se em evidência alternativas e práticas pedagógicas, que levem a todos os alunos, o que, implica na atualização e desenvolvimento de conceitos e em aplicações educacionais compatíveis com esse grande desafio.

Em uma abordagem teórica sobre a inclusão educacional, os papéis do professor e da escola estão no cerne de toda discussão. Para atender a diversidade intelectual presente nas salas de aula e ser capaz de analisar a melhor maneira de lidar com estas diferenças, tem se questionado com vigor a real formação docente e a ideal para que o sistema funcione plenamente como previsto em lei.

Abordar o tema da formação de docentes é uma árdua tarefa devido as diferentes realidades e inúmeros “modelos” que se colocaram presentes em nossa sociedade em diferentes enfoques sobre formação inicial, no qual cada modelo com suas particularidades e de acordo com seus pensadores, definiam e estabeleciam formas e caminhos diferentes para se conduzir a educação, mas com o mesmo propósito, de educar.

Com a disponibilização de diversos modelos, e sem a especialização docente em um modelo específico, além da falta de especialização do docente em educar todo e qualquer tipo de aluno, a escola se tornava abrangente e pouco eficaz no processo de educar todos os alunos com todas as suas particularidades e limites de aprendizagem.

Sabe-se que o problema existe, mas não se conhece exatamente o seu início, devido a fatos históricos e a estudiosos acerca do assunto, pode-se pensar que surgiu a partir dos anos 70 com a universalização do acesso à escola. Além do principal fator, pode se colocar em destaque o despreparo de todos envolvidos no processo educacional, de inserir na sociedade os que historicamente foram excluídos dela.

A partir do processo de inserção do cidadão na escola, esta passou a ser vista como um instrumento para melhoria na qualidade de vida e ferramenta para uma possível ascensão social de todo tipo de aluno, inclusive determinar a educação dos alunos ditos diferentes. Esses fatores podem ser observados na obra de David Rodrigues:

No momento em que a escola se impõe como um instrumento privilegiado de estratificação social, os professores também passam a ser investidos de ilimitado poder: podem promover a ascensão (integração/inserção/inclusão) do aluno diferente ou a sua estagnação (exclusão). (DENARI, Fátima, p.38, 2006).

O professor passa a ser então um dos principais atores envolvidos nesse processo, devendo, portanto, possuir uma formação adequada e específica para ser capaz de atender a diversidade de alunos que lhe são confiados a educar. Além da formação que deve ser continuada, o professor por sua importância no processo educativo deve estar em constante reflexão sobre suas práticas, pois é de conhecimento e aceitável que cada professor coloque um pouco de si e do que acredita no seu fazer pedagógico, estes serão então sempre determinantes para a formação do aluno, que como analisado na citação anterior, pode promover a ascensão ou estagnação na educação de todo e qualquer tipo de aluno.

Na dimensão política a educação deve promover a formação integral do sujeito, desenvolvendo-se a criticidade, a autonomia e a plena participação na construção do seu conhecimento, ou seja, formando cidadãos. Porém realidade é que o ensino ainda está em parte voltado a classes populares e prioriza a disciplina, o respeito à

autoridade e uma verdadeira adoração ao trabalho intelectual que se encontra fora da realidade escolar da maioria das escolas brasileiras.

5– CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel do professor diante da inclusão escolar é fundamental e possui grande importância para o sucesso da aprendizagem de todos os alunos em sala de aula. O professor é o responsável por garantir que todos os alunos tenham acesso à educação, independentemente de suas diferenças e limitações. Diversos estudos apresentam os aspectos positivos da prática de inclusão dos indivíduos com "necessidades especiais" para a sociedade.

Na linguagem da inclusão é possível ver o que falta ou o que excede e como os processos de significação são elaborados pelos interlocutores nas diferentes instâncias nas quais os sujeitos se expõem. Indiciando os seus possíveis, suas palavras indiciavam também os possíveis de nossa relação de interlocução pautada na diferença.

Certamente que não é a deficiência que decide o destino das pessoas, mas sim, as consequências sociais dessa deficiência. Caso se focalize os defeitos levando em consideração apenas o que está posto, só encontrar-se-á limites. Se o tem como fonte de outras capacidades que emergem nas necessidades, sentidos e desejos produzidos nas relações sociais encontram-se as possibilidades da falta.

O foco da educação inclusiva é os indivíduos deficientes ou não, podem aprender uma vez que os professores identificam o que estes indivíduos sabem, planeja-se em torno deste prévio conhecimento, e conhece-se o estilo de aprender e as necessidades individuais dos nossos alunos. Todos os alunos podem se beneficiar das metodologias de inclusão e todos podem descobrir juntos que existem diferentes componentes para diferentes estados.

Conclui-se que o papel do professor diante da inclusão escolar é complexo e desafiador, mas extremamente importante, sendo necessário ter um olhar atento para as diferenças e necessidades dos alunos, buscando sempre garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

6 – REFERÊNCIAS

ALVES, FERNANDO. **Síndrome de Down.** Disponível em: <http://www.ensinoespecial.blogspot.com.br/Acesso> em abril de 2023.

ARRUDA, Cláudia Lobo. **Acessibilidade no Tribunal Regional Federal da Segunda Região.** Rio de Janeiro: UCAM, 2013.

BAUTISTA, Rafael. **Necessidades educativas especiais.** Lisboa: Dinalivros, 1997.

BORGES, Jorge Luis. **A cegueira.** In Sete Noites. São Paulo: Max Limonad, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BUENO, José Geraldo. **Educação especial brasileira: Integração/segregação do aluno deficiente.** São Paulo: Educ/PUC, 1993.

CARVALHO, Rosita E. **A Nova LDB e a educação especial.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CARVALHO, Rosita E. **Educação e Inclusão: A questão da permanência da pessoa deficiente na universidade.** São Paulo, USP, 1997.

FERREIRA, J. R. **A exclusão da diferença.** Piracicaba: UNIMEP, 1993.

GAIO, Roberta. **Para além do corpo deficiente: histórias de vida.** Jundiaí: Fontura, 2006.

GARCIA R.M.E. **A educação das pessoas consideradas portadoras de deficiência. uma questão histórica.** Caxambu. ANPED, 1996.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil, dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas – SP: Autores associados, 2006.

KUENZER, Acácia. **A formação de educadores: Novos desafios para as faculdades de educação.** Educação e Sociedade (CEDES) Campinas, 1998.

LATÂNCIA, Maria da Penha. **Aspecto Motor X Aspecto psicológico na deficiência física:** Uma sugestão de integração. Jundiaí, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa. **Todas as crianças são bem-vindas à escola.** Internet. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.16.htm> Acesso em abril de 2023.

MINTO, Cesar. **Educação Especial: da LDB aos planos nacionais de educação-do MEC e proposta da sociedade brasileira.** Campinas, UNICAMP, 2000.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva:** Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação:** Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SANCHES, Isabel R. **Necessidades educativas especiais e apoios complementares no cotidiano do professor.** Porto: Porto editora, 1996.

STAINBACK, Susan. STAINBACK, Willian. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto alegre: Artméd AS, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento das ações. Necessidades educativas especiais.** Salamanca, Espanha, 1994.

VYGOTSKY, L.S. **Fundamentos de defectologia.** In Obras Completas, Tomo V, Havana: Editorial Pueblo e educación, 1989.